



## Assembleia Legislativa do Estado do Acre

### LEI COMPLEMENTAR N. 77, DE 30 DE SETEMBRO DE 1999

“Fixa os vencimentos dos Membros do Ministério Público do Estado do Acre e dá outras providências.”

#### O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE

**FAÇO SABER** que a Assembléia Legislativa do Estado do Acre decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

~~Art. 1º Os vencimentos dos Membros do Ministério Público do Estado do Acre serão os valores fixados no Anexo I desta lei, acrescentando-se para cálculo da remuneração integral, somente as vantagens abaixo especificadas:~~

~~Art. 1º Os vencimentos dos Membros do Ministério Público do Estado do Acre serão os valores fixados no Anexo I desta lei, acrescentando-se para cálculo da remuneração integral, além das vantagens de natureza constitucional, as vantagens previstas no art. 50 da Lei Federal n. 8.625, de 12.02.93, notadamente as abaixo especificadas: (Redação dada pela Lei Complementar nº 83, de 15/02/2000)~~

**Art. 1º** O subsídio mensal dos Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado do Acre será fixado em noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, observado o teto de que trata o art. 37, inciso XI, da Constituição Federal, acrescido das seguintes vantagens: (Redação dada pela Lei Complementar nº 140, de 20/12/2004)

~~I - ajuda de custo por ocasião da promoção ou remoção compulsória dos promotores, que importe em mudança da sede da Comarca, tão somente, para o ressarcimento das despesas de passagens e mudança, que correrão por conta do orçamento do Ministério Público;~~

I - ajuda de custo, para despesas de transporte e mudança, no valor do vencimento básico, acrescido da verba de representação relativo ao novo cargo a ser ocupado, nas hipóteses de ingresso, promoção ou remoção que importem mudança de sede; (Redação dada pela Lei Complementar nº 83, de 15/02/2000)

II - diárias com valores correspondentes aos pagos pelo Poder Executivo Estadual;

III - gratificação pelo exercício cumulativo de cargos ou funções junto aos órgãos da administração superior, de acordo com as hipóteses e percentuais estabelecidos no Anexo II desta lei;

~~IV --representação no percentual de cento e oitenta por cento, já incluída no Anexo I desta lei. (Revogado pela Lei Complementar nº 83, de 15/02/2000)~~

~~V --gratificação adicional por ano de serviço, no percentual de um por cento, incidente sobre o vencimento básico e a verba de representação, observado o disposto no inciso XIV do art. 37 da Constituição Federal; (Incluído pela Lei Complementar nº 83, de 15/02/2000) (Revogado pela Lei Complementar nº 140, de 20/12/2004)~~

~~VI --será concedida aos membros do Ministério Público, de ofício ou a pedido, após vinte e cinco anos de efetivo exercício de serviço público, a gratificação correspondente à sexta parte dos vencimentos integrais, a estes incorporando-se para todos os efeitos. (Incluído pela Lei Complementar nº 83, de 15/02/2000) (Revogado pela Lei Complementar nº 140, de 20/12/2004)~~

VII – gratificação de quinze por cento ao membro designado para atuar perante as Turmas Recursais Cíveis e Criminais das quais trata a Lei n. 1.168, de 24 de novembro de 1995, alterada pela Lei Complementar Estadual n. 90, de 7 de fevereiro de 2001. (Incluído pela Lei Complementar nº 103, de 04/01/2002)

**Parágrafo único.** Tomando por base o subsídio do Procurador de Justiça, fica estabelecida a diferença de dez por cento do cargo deste para o do membro da entrância imediatamente inferior e assim sucessivamente, até o de Promotor de Justiça Substituto. (Incluído pela Lei Complementar nº 140, de 20/12/2004)

~~Art. 2º Fica fixada a diferença de cinco por cento dos vencimentos dos Membros do Ministério Público de uma para outra entrância, bem como da entrância mais elevada para o cargo de Procurador de Justiça.~~

**Art. 2º** Tomando como base a remuneração do Cargo de Promotor de Justiça Substituto, fica fixada a diferença de dez por cento dos vencimentos dos membros do Ministério Público, do Cargo inicial da Carreira para o de primeira entrância, de uma para outra entrância, bem como da entrância mais elevada para o Cargo de Procurador de Justiça. (Redação dada pela Lei Complementar nº 103, de 04/01/2002)

**Art. 3º** Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de agosto de 1999, revogadas as disposições em contrário.

Rio Branco, 30 de setembro de 1999, 111º da República, 97º do Tratado de Petrópolis e 38º do Estado do Acre

## JORGE VIANA

Governador do Estado do Acre

### ~~ANEXO IV - VENCIMENTOS DOS MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL~~

-

| <b>CARGO</b>   | <b>VENCIMENTO-BÁSICO</b> | <b>REPRESENTAÇÃO</b>    | <b>TOTAL-BRUTO</b>      |
|--|--------------------------|-------------------------|-------------------------|
| <del>Procurador de Justiça</del>                     | <del>R\$ 3.000,00</del>  | <del>R\$ 5.400,00</del> | <del>R\$ 8.400,00</del> |
| <del>Promotor de Justiça de Entrância Especial</del> | <del>R\$ 2.850,00</del>  | <del>R\$ 5.130,00</del> | <del>R\$ 7.980,00</del> |
| <del>Promotor de Justiça de 2ª Entrância</del>       | <del>R\$ 2.707,50</del>  | <del>R\$ 4.873,50</del> | <del>R\$ 7.581,00</del> |
| <del>Promotor de Justiça de 1ª Entrância</del>       | <del>R\$ 2.572,13</del>  | <del>R\$ 4.620,83</del> | <del>R\$ 7.201,96</del> |
| <del>Promotor de Justiça-Substituto</del>            | <del>R\$ 2.443,52</del>  | <del>R\$ 4.398,33</del> | <del>R\$ 6.841,85</del> |

### ANEXO I

|   |           |
|---|-----------|
| Procurador de Justiça                     | 17.251,50 |
| Promotor de Justiça de entrância especial | 15.526,50 |
| Promotor de Justiça de                    | 13.973,70 |

|  |           |
|--|-----------|
| segunda<br>entrância                               |           |
| Promotor de<br>Justiça de<br>primeira<br>entrância | 12.576,40 |
| Promotor de<br>Justiça<br>Substituto               | 11.318,70 |

(Redação dada pela Lei Complementar nº 140, de 20/12/2004)

### ~~EXO II GRATIFICAÇÃO PELO EXERCÍCIO CUMULATIVO DE CARGOS OU FUNÇÃO~~

-

| <del>CARGO/FUNÇÃO</del>   | <del>PERCENTUAL SOBRE<br/>A SOMA DO<br/>VENCIMENTO E<br/>REPRESENTAÇÃO</del> |
|---|--|
| <del>1 Procurador Geral</del>   | <del>vinte e cinco por cento</del>   |
| <del>2 Subprocurador Geral</del>  | <del>vinte por cento</del>   |
| <del>3 Corregedor Geral</del>   | <del>vinte por cento</del>   |
| <del>4 Coordenador</del>  | <del>quinze por cento</del>  |
| <del>5 Assessor de<br/>Procurador Geral</del>   | <del>quinze por cento</del>  |
| <del>6 Assessor de<br/>Corregedor</del>   | <del>quinze por cento</del>  |
| <del><b>Observação:</b> O cargo função de Coordenador<br/>será ocupado por Procurador de Justiça; o de<br/>Assessor de Procurador Geral, poderá ser</del> |  |

~~ocupado por Procurador ou Promotor de Justiça da mais elevada entrância; e de Assessor de Corregedor será ocupado por Promotor de Justiça da mais elevada entrância.~~

## ANEXO II Gratificação pelo Exercício Cumulativo de Cargos ou Funções

|  | <b>Cargo/Função</b>   | <b>Percentual sobre o Subsídio</b> |
|--|---|------------------------------------|
|  | Procurador Geral  | vinte e cinco por cento            |
|  | Procurador Geral Adjunto  | vinte por cento                    |
|  | Corregedor Geral  | vinte por cento                    |
|  | Coordenador de Coordenadoria  | quinze por cento                   |
|  | Assessor de Procurador Geral  | quinze por cento                   |
|  | Assessor de Procurador Geral Adjunto para assuntos administrativos e institucionais | quinze por cento                   |
|  | Assessor de Corregedor  | quinze por cento                   |
|  | Promotor com atuação junto a Turma Recursal   | quinze por cento                   |
|  |   |                                    |

|  |   |                     |
|--|---|---------------------|
|  | Ouvidor<br>Geral (Incluído pela<br>Lei Complementar nº<br>283, de 17/02/2014)   | quinze por<br>cento |
|  | Secretário<br>Geral (Incluído pela<br>Lei Complementar nº<br>283, de 17/02/2014)  | quinze por<br>cento |
|  | Diretor do<br>CEAF (Incluído pela<br>Lei Complementar nº<br>283, de 17/02/2014)   | quinze por<br>cento |
|  | Coordenador do<br>NAT (Incluído pela<br>Lei Complementar nº<br>283, de 17/02/2014)  | quinze por<br>cento |
|  | Coordenador do<br>GAECO (Incluído<br>pela Lei<br>Complementar nº<br>283, de 17/02/2014)   | quinze por<br>cento |
|  | Coordenador do<br>Sistema de<br>Automoção Judicial<br>do Ministério Público<br>do Estado do<br>Acre (Incluído pela<br>Lei Complementar nº<br>283, de 17/02/2014)                                    | quinze por<br>cento |
|  | Substituição<br>/acumulação (Incluído<br>pela Lei<br>Complementar nº<br>283, de 17/02/2014)   | quinze por<br>cento |
|  | <del>Observação: O cargo/função de<br/>Coordenador será ocupado por<br/>Procurador de Justiça; e de<br/>Assessor de Procurador Geral<br/>poderá ser ocupado por<br/>Procurador ou Promotor de</del> |                     |

~~Justiça da mais elevada entrância; o de Assessor de Procurador Geral Adjunto para Assuntos Administrativos e Institucionais, de Corregedor e de Promotor com atuação junto a Turma Recursal dos Juizados Especiais será ocupado por Promotor de Justiça da entrância final.~~

**Observação:** O cargo/função de Coordenador será ocupado por Procurador de Justiça; o de Ouvidor Geral será exercido por Procurador ou Promotor de Justiça com mais de dez anos de carreira; o de Assessor de Procurador Geral, Secretário Geral, Diretor do CEAJ, de Coordenador do NAT, Coordenador do GAECO e Coordenador do Sistema de Automação Judicial do Ministério Público do Estado do Acre poderá ser ocupado por Procurador ou Promotor de Justiça da mais elevada entrância; o de Assessor de Procurador Geral Adjunto, de Assessor de Corregedor e de membro com atuação junto a Turma Recursal dos Juizados Especiais será ocupado por Promotor de Justiça da mais elevada entrância. (Redação dada pela Lei Complementar nº 283, de 17/02/2014)

(Redação dada pela Lei Complementar nº 251, de 27/09/2012)